

# Chávez, Morales e a construção de uma alternativa ao neoliberalismo

## Chávez, Morales and the construction of an alternative to neoliberalism

**BRUNA FERRAZ RAPOSO** | frbruna@hotmail.com

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

**Recebimento do artigo** Maio de 2017 | **Aceite** Junho de 2017

**Resumo** Considerando os resultados econômicos e sociais da aplicação de políticas neoliberais na América Latina durante as décadas de 1970 e 1980, constatou-se a emergência de movimentos sociais opositores e a ascensão de presidentes que puseram em prática um projeto de governo com propósito de superação do neoliberalismo – o caso da Venezuela a partir de 1999 e Bolívia, de 2006. A intenção é, portanto, analisar criticamente esses dois processos sobre a ótica dos aspectos políticos e econômicos para apontar quais as possibilidades e limites (internos e externos), os impactos na estrutura dependente desses países e quais as contribuições para os estudos sobre a economia política da região e no fomento de uma perspectiva antineoliberal, em primeira instância, e anticapitalista, em última. **Palavras-Chave** Neoliberalismo, dependência, América Latina, Bolívia, Venezuela.

**Abstract** Considering the economic and social results of the appliance neoliberal policies in Latin America during the 1970's and 1980's, it was found out the appearance of oppsing social groups and the rising of presidents whose policies consisted on overcoming the neoliberal system - like Venezuela and Bolivia from 1999 and 2006 onwards, respectively. Therefore this paper aims to critically analyze under the perspective of the political and economic aspects and, then, pointing out the possibilities and limitation (internally and externally), the impacts on the dependent structures of these countries and also verify which are the contributions to the ressearchs of the region's political economy and on the development of an antineoliberal perspective, in the first instance, and anticapitalist, in the second. **Keywords** Neoliberalism, dependence, Latin America, Bolivia, Venezuela.

## Introdução<sup>1</sup>

O advento da crise internacional de acumulação de capital em fins dos anos 1960 operou mudanças no sistema capitalista, demonstradas principalmente na ascensão de uma nova estratégia de desenvolvimento. O neoliberalismo, assim, apesar de gestado desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ganhou forças na década de 1970, tendo a América Latina como laboratório de aplicação das suas políticas, que viriam a ser adotadas posteriormente nos países centrais. A necessidade de novas esferas de valorização do capital que retomassem o processo de acumulação de capital em escala crescente se traduziu na liberalização das transações econômicas internacionais, ampliando as fronteiras de domínio do capital com abertura econômica e privatizações. Assim a estratégia apoiou-se em (i) estabilização monetária; (ii) reformas estruturais pró-mercado; e (iii) retomada dos investimentos privados (CARCANHOLO, 2015).

Após duas décadas o resultado para o continente não foi de robustos e sustentados níveis de crescimento econômico, pelo contrário, a média de crescimento para a América Latina foi de apenas 2,6% na década de 1990 (CARCANHOLO, 2012), além do agravamento das mazelas sociais. Dessa forma, emergiram movimentos de rechaço à austeridade das políticas neoliberais por toda a região na virada do século XX para o século XXI. Segundo Ibarra (2008), cinco grandes momentos de lutas recentes merecem ser destacados na região: (i) o *Caracazo*, ocorrido na Venezuela em fevereiro de 1989, movimento popular contra a austeridade e aumento das tarifas do transporte público; (ii) a ascensão do movimento zapatista no México, com grande poder de mobilização, a partir de 1994; (iii) o *Argentinazo*, movimento argentino emergido da grave crise econômica que passava o país em 2001, com demissões em massa e greves, pelo que seus integrantes ficaram conhecidos como *piqueteros*; (iv) emergência do movimento indígena no Equador em torno da *Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador* (CONAIE), que se destacou como polo aglutinador das lutas sociais no país a partir de 1994 com o levante indígena contra a *Ley de Fomento y Desarrollo Agropecuario*, em 1997 com a derrubada do presidente Abdalá Bucaram e em 2000 do presidente Jamil Mahuad; (v) o quinto e o último momento destacado foi o período vivido pela Bolívia entre a Guerra da Água, em 2000, e a Guerra do Gás, em 2003, contra a privatização desses setores.

Apesar de mencionados apenas esses cinco momentos, por toda a região ocorreram movimentos que atribuíam ao neoliberalismo o aprofundamento das mazelas sociais e a retirada de direitos sociais conquistados em períodos anteriores: Colômbia, Peru, Guatemala, Brasil, Honduras, Nicarágua, El Salvador e República Dominicana também tiveram seus combates, ainda que em menores proporções. Segundo levantamento presente nesse mesmo trabalho (ALMEIDA<sup>2</sup> apud IBARRA, 2008), entre 1976 e 1989 observou-se 80 grandes campanhas contra a austeridade na América Latina. Entre 1996 e 2001 esse número subiu para 281 campanhas e outros 969 protestos<sup>3</sup>.

Ocorreu, então, um movimento de coalizão entre movimentos sociais e a via institucional – pelo menos para os dois casos aqui estudados –, permitindo ascender ao poder central presidentes<sup>4</sup> identificados com uma proposta antineoliberal para o país. Em 1999, Hugo Chávez assumiu a presidência da Venezuela e iniciou um projeto de transformação para o país, tendo continuidade com Nicolás Maduro, a partir de 2013. E Evo Morales, na Bolívia, que assumiu o primeiro mandato em 2006 e cumpre seu terceiro mandato presidencial até o ano de 2019.

1 O presente artigo é resultado do trabalho de conclusão de curso da graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, defendido em fevereiro de 2016. Agradeço a orientação do professor Marcelo Dias Carcanholo, eximindo-o de qualquer erro contido no texto.

2 Almeida, P. Los movimientos populares contra la austeridad económica: América Latina 1996-2001. *Congreso de LASA*, Washington DC, 2001. mimeo.

3 É entendido pelo autor o conceito de campanha como lutas extensas contra uma política específica e protestos como manifestações individuais dessas campanhas (marchas, protestos de rua, greves, etc.).

4 Destaca-se também como fruto da mesma conjuntura política a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002; Néstor Kirchner na Argentina, também em 2002; Rafael Correa no Equador, em 2006; que por diferenças na condução de governo não entraram no escopo deste trabalho.

Ambos os governos se apoiaram em pilares comuns de nacionalização dos hidrocarbonetos, investimentos na diversificação da matriz produtiva, criação de mecanismos de organização e participação popular, mudanças na constituição que buscaram o reconhecimento de uma nação soberana e de respeito aos povos originários, e distribuição de renda e riqueza através de uma atuação ativa do Estado.

Atenta-se para o fato de que não se trata de um estudo comparativo entre os dois casos, e sim de um apontamento sobre a luta antineoliberal na América Latina e como essa se deu em cada um desses países através de seus próprios processos históricos. Tampouco se pretende traçar um receituário a ser seguido para que sejam alcançados os mesmos resultados. Por se tratar de um projeto em aberto e em disputa, não se tem, neste trabalho, conclusões definitivas, nesse sentido a intenção foi de ensaiar contribuições para os estudos da economia política da região e para a promoção de uma nova sociedade.

## A construção de uma alternativa

O neoliberalismo trata-se, para a América Latina, de um aprofundamento das condições estruturais da dependência e de uma restrição externa estrutural ao crescimento econômico (AMARAL, 2006). Portanto, para se pensar numa alternativa ao neoliberalismo como modelo de desenvolvimento, esta deverá passar por um rompimento ou uma atenuação dos condicionantes do capitalismo dependente. Mas como o modelo neoliberal supera o grau de abstração das políticas econômicas, não se restringindo à ortodoxia econômica, tampouco à heterodoxia, reforça a necessidade de uma análise da estrutura.

Entende-se aqui a categoria dependência a partir da Teoria Marxista da Dependência<sup>5</sup>, que vê na inserção da América Latina no sistema capitalista mundial as especificidades e estruturas de um capitalismo *sui generis*, em que existe “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005a, p.141).

A caracterização da condição de dependência é dada pela apropriação de parte do valor produzido na periferia pelos países centrais, fazendo com que esse valor transferido faça parte da dinâmica de acumulação do centro e não dos países dependentes. A transferência de valor é ocasionada pela troca desigual existente no mercado internacional, além das transferências financeiras como pagamento de juros, dividendos, amortizações, *royalties*, etc.

Essa estrutura, por consequência, provoca a necessidade de mecanismos de compensação à transferência de valor que dêem dinâmica interna as economias dependentes – sendo sua principal manifestação a superexploração da força de trabalho, apreendida como uma “maior exploração física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real” (MARINI, 2005b, p.189).

Assim sendo, se faz necessário mais do que uma mudança na lógica de apropriação do excedente econômico própria do chamado Neodesenvolvimentismo. Uma estratégia que, a partir de uma alteração de patamar entre a taxa de juros e a taxa de lucro, aliado a um cenário internacional favorável e uma política de conciliação de classes, permitiu alguns anos de crescimento econômico sem dar um passo atrás nas reformas neoliberais. Entretanto, ao mudar a forma de apropriação do capital – entre as esferas produtiva e financeira – não se diminuiu a produção de mais-valor e, dessa maneira, a superexploração da força de trabalho como lógica de produção das economias dependentes (CARCANHOLO, 2015).

Por isso, se coloca como uma alternativa a rescisão clara com o programa neoliberal vigente desde a década de 1980: reversão das privatizações; reversão da liberalização dos mercados; regulação dos

---

5 Que tem como suas principais obras: Marini (2005a, 2005b), Dos Santos (1970), Bamberra (2013), Frank (1970), entre outras. Sobre a história e trajetória da Teoria Marxista da Dependência no Brasil consultar Prado (2011).

mercados de trabalho e financeiro; redução do grau de abertura comercial e financeira. Com isso seria possível reduzir o grau de dependência das economias latino-americanas ao capitalismo central e atenuar a transferência de valor excedente ocorrida da primeira para o segundo. E, se é diminuído o mais-valor transferido, também o é a necessidade de compensação, que lançava mãos, entre outros mecanismos, da superexploração da força de trabalho para dar dinâmica interna à economia dependente.

Pois, dessa maneira, não se tem apenas uma mudança na lógica da apropriação, e sim um imperativo de menor apropriação, ou ao menos de menor compensação, devido a um menor montante de valor transferido da economia dependente para a central. De modo que a parcela de valor que antes era transferida, passa a fazer parte da dinâmica de acumulação interna e assim serve ao próprio capitalismo de onde é gerado (CARCANHOLO, 2015).

A limitação mais clara e pujante dessa alternativa antineoliberal é de que se dá dentro dos marcos do capitalismo e, por causa disso, não rompe com a base de exploração do trabalho como lógica de sociabilidade nem com a estrutura de geração de mais-valor. Por isso a outra alternativa seria a via socialista, que viria a romper não só com o neoliberalismo, mas também radicalmente com o próprio capitalismo.

O que não significa dizer que são alternativas excludentes, uma vez que a alternativa anticapitalista pressupõe a estratégia antineoliberal, embora o contrário não seja verdadeiro (CARCANHOLO, 2012).

Para o objetivo do presente trabalho, interessa-nos aprofundar a ideia do antineoliberalismo e para tanto, diminuindo o grau de abstração, analisaremos de forma mais concreta algumas medidas por quais perpassam essa estratégia. E a primeira questão que se atenta é a forte oposição que necessariamente se gerará por parte das classes detentoras de capital. Estejam estas na burguesia nacional ou na estrangeira, sob o véu do imperialismo, ao terem seus interesses enfrentados reagirão de forma contundente, ao que deverá haver uma favorável correlação de forças que permita a continuidade do projeto. Portanto, se faz necessário, por parte do governo, fortalecer exatamente aquele segmento que o levou ao poder executivo, criando mecanismos de aprimoramento da democracia através de uma reforma política que aperfeiçoe radicalmente a qualidade das instituições, incentivando progressivamente as práticas de participação popular.

Para Boron (2003 e 2010), a oposição ao neoliberalismo se dará viabilizada com uma reformulação completa do Estado. Assim, se para a implantação do modelo neoliberal foi necessária a desconstrução do Estado ao papel do *mínimo*, para a reversão desse quadro é preciso o fortalecimento do governo no provimento de políticas de investimento público, atendendo não somente à infraestrutura do mercado, mas também na garantia de oferta de bens públicos que haviam sofrido agudo processo de mercantilização.

Outras duas reformas necessárias ao Estado são a da estrutura fiscal e da administração. O fortalecimento fiscal do Estado estará aliado a uma reforma tributária, ou seja, acabar com a tradição perversa que gozam os ricos e as grandes empresas com uma taxa regressiva, substituindo-a pela progressiva, comum nos países ditos desenvolvidos, aonde o imposto incide sobre a renda e não sobre o consumo, atingindo de forma menos desigual as camadas populares. Uma reforma administrativa deverá se pôr numa luta frontal contra a corrupção e de forma a garantir que a burocracia estatal atenda os interesses da população, e não aos detentores da máquina pública. Assim deverão também ser criados mecanismos que permitam a participação e o controle cidadão. Por fim, será exigida a formulação de uma nova estratégia de desenvolvimento, em que seja previsto uma nova forma de intervenção do Estado na vida econômica e social.

Ou seja, prevê-se aqui um papel democrático ao Estado, que instaure uma regulação cidadã e social, e que possibilite uma socialização da renda e da riqueza do país através de uma democracia cidadã, que integra, ao invés da supremacia do mercado, que exclui (DIERCKXSENS, 2010). Como e quais medidas os objetos de nosso estudo, Bolívia e Venezuela, adotaram medidas que possam caracterizar uma alternativa antineoliberal de modelo de desenvolvimento será o tema da próxima seção.

## A ascensão de governos antineoliberais e seus principais resultados

A Venezuela e a Bolívia, no cenário contemporâneo da América Latina, se destacam pela adoção de um programa de governo que rompeu com a primazia do neoliberalismo na região e objetivou um novo modelo de desenvolvimento. Várias medidas foram tomadas no sentido da construção de um Estado de maior intervenção e de redistribuição da riqueza proveniente dos recursos naturais, que historicamente serviram aos privilégios de poucos setores.

O ponto de partida da análise dos dois países se dá pelo que há em comum, ou seja, a estrutura primário-exportadora baseada na exploração de um hidrocarboneto. O petróleo no caso da Venezuela, onde estão contidas 24% das reservas dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – que por sua vez, corresponde a 81% das reservas mundiais – e o gás natural na Bolívia, segunda maior fornecedora da América Latina (OPEC, 2015). É também nesse aspecto em que se encontra uma primeira distinção: o petróleo é a fonte de energia mais usada no mundo, o que torna a Venezuela central na geopolítica de disputa desse combustível e explica toda uma política hostil dos Estados Unidos com o governo do Hugo Chávez após a retomada do controle estatal da atividade petrolífera.

O petróleo, que motivou a ocupação militar dos Estados Unidos no Oriente Médio e a promoção de guerras, motivou também o explícito apoio norte-americano ao golpe de Estado em 2002 e no financiamento das forças opositoras, que atuaram, e permanecem atuando, em sabotagens econômicas e enfrentamentos nas ruas de Caracas (MARINGONI, 2009). A *Petróleos de Venezuela S.A.* (PDVSA) foi completamente estatizada no final de 1999 através de um decreto presidencial<sup>6</sup> que passou a totalidade das ações da empresa para o Estado e transformou as filiais em empresas mistas, com o controle acionário para a estatal.

Em 2007 se avançou no processo de nacionalização no país ao reestatizar uma série de empresas privatizadas durante a década de 1990, principalmente no setor de telecomunicações e no de distribuição de energia elétrica; progresso na nacionalização dos setores petrolíferos, tornando do Estado a Faixa do Orinoco, e da mineração; além de avanço na reforma agrária. A política de diversificação da produção se deu a partir do direcionamento do excedente petrolífero para o investimento industrial e na criação de cooperativas e empresas de produção social. As duas últimas iniciativas objetivavam mudanças no processo de trabalho fundado na lógica capitalista do lucro e do trabalho assalariado: as *Empresas de Producción Social* se orientam, portanto, não pela lógica do capital, mas sim por uma lógica humanista e solidária. Também são exemplos significativos de avanço da participação da sociedade civil no âmbito da produção, as experiências de cogestão e a massiva criação de cooperativas (BARUCO, 2011).

A Bolívia, por sua vez, ocupa uma posição de menor relevância político-econômica na América Latina. O gás natural tem destino a apenas dois países, Argentina e Brasil, através de gasodutos, único meio economicamente viável de transporte do produto. De modo que, mesmo tendo gerado reações no processo de nacionalização do setor, a solução se deu por vias diplomáticas. A partir de 2006, então, o Estado recuperou a propriedade, posse e controle – o que já era garantido por lei, e inconstitucionalmente repassado para empresas estrangeiras durante o governo anterior – bem como transporte, armazenagem, refino, industrialização e comercialização dos hidrocarbonetos. A *Yacicia-*

6 Ocorreu através das Leis Habilitantes, que eram decretos com rigor de lei que não passavam pela Assembleia Nacional em primeira instância. Na mesma ocasião foram promulgadas outras Leis Habilitantes que versavam sobre pesca e agricultura, reforma agrária e demais hidrocarbonetos (BARUCO, 2011).

*mentos Petrolíferos Fiscales de Bolivianos* (YPFB) foi refundada depois de doze anos da venda de seus ativos, de forma a ser uma empresa nacional de grande porte que passou a ancorar todas essas funções e a determinar o volume de produção, preços, critérios de exportação e industrialização. Isto é, uma empresa com o objetivo de gerenciar os recursos de forma estratégica a partir dos interesses da nação. Para isso, a YPFB retomou o controle acionário (50% + 1 ação) de todas as companhias instaladas (CEPIK; CARRA, 2006).

Com a nacionalização do setor, a arrecadação estatal aumentou de US\$ 300 milhões para US\$ 6.000 milhões por ano (KATZ, 2014). Mas além dessa empresa, o Estado retomou a atividade mineira com a refundação da *Corporación Minera de Bolivia* (Comibol). Através de uma política de investimento e modernização do setor, a mineração voltou a ter relevância na pauta exportadora, não somente com o estanho – principal produto exportado pela Bolívia durante décadas –, mas também com a entrada no mercado de lítio, minério que tem tido importância crescente nos últimos anos por ser usado, principalmente, em baterias de equipamentos microeletrônicos. Também foram renacionalizadas as empresas de telecomunicações (ENTEL) e de energia elétrica (ENDE), o que permitiu ao governo aplicação de tarifas que fossem mais benéficas ao consumidor (CEPIK; CARRA, 2006).

O governo boliviano também logrou vitória política com a aprovação da reforma agrária: pela *Nueva Ley de Tierras* permitiu-se a expropriação de latifúndios improdutivos, verificando-se o cumprimento das funções social e econômica da terra. As propriedades que não se encaixassem nesses requisitos iriam ou para posse do Estado ou teriam uma titulação coletiva. Entretanto, o direito à propriedade continuava assegurado, independente do tamanho, desde que a terra se mantivesse produtiva. O departamento mais afetado foi o de Santa Cruz, por ser o local de concentração do agronegócio. Até 2009 haviam sido redistribuídos 994,878 hectares de terra por todo o território boliviano, em contraposição com os 36,814 hectares alcançados pela vigência da lei anterior, e ultrapassando a meta de 750 mil hectares proposta inicialmente pelo governo (MACIEL, 2007).

Portanto, são países cujas riquezas naturais estratégicas estiveram historicamente sob domínio da propriedade privada da burguesia nacional ou das multinacionais. Esse tipo de atividade econômica pouco ou nada dinamizava a economia interna, pois o excedente econômico era transferido ao mercado externo através da remessa de lucros e pelo fato do produto ser exportado em estado bruto, sem desenvolver uma indústria derivada do setor. O que fizeram esses governos, então, foi a nacionalização dos hidrocarbonetos e o uso dos ganhos dessa atividade em prol de uma dinâmica econômica no interior da nação. Assim, os recursos provenientes desse setor foram usados de duas maneiras principais: a primeira, de caráter prioritário, foi a aplicação em políticas sociais através de uma elevação do investimento público em áreas de saúde, educação, alimentação e de políticas de redistribuição de renda. O que caracterizou uma atuação do governo em garantir o acesso universal a bens básicos, que foram historicamente negados. A segunda foi através de um aumento do investimento público em infraestrutura e em atividades produtivas, objetivando uma variação na pauta produtiva da economia e um avanço na industrialização.

Dessa forma, na tabela 1, a seguir, pode ser constatada a evolução do gasto social como componente do gasto público. E a evolução da participação dos setores de saúde, educação e seguridade social como porcentagem do PIB.

**Tabela 1 – Gastos Sociais**

Venezuela	1997-99	2000-04	2005-09	2010	2011	2012
Gasto social (% gasto público)	49,7	54,8	58,4	72,5	70,9	70,8
Gasto social (% PIB)	12,2	16,6	19,7	17,3	22,9	21,2
Educação	4,9	6,3	6,7	5,3	5,6	6
Saúde	2,2	2,9	3,3	3,4	4,3	4,5
Seguridade social	3,2	5	6,9	7,1	8,7	9,2
Habitação e outros	1,9	2,4	2,8	1,5	4,2	1,5
Bolívia	1995-99	2000-04	2005-09	2010	2011	2012
Gasto social (% gasto público)	30,5	32,9	31,2	37,5	37,5	37,5
Gasto social (% PIB)	9,2	12,7	12,1	12,4	11,7	11,51
Educação	5,0	6,0	6,0	6,0	5,7	5,3
Saúde	1,0	1,4	1,5	1,5	1,5	1,3
Seguridade social	3,1	4,9	4,3	4,7	4,2	4,7
Habitação e outros	0,1	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3

Fonte: CEPAL. Disponível em [estadisticas.cepal.org](http://estadisticas.cepal.org), acesso em 11/02/2016.

Esse redirecionamento do excedente econômico, em ambos os países, teve especial eficácia por terem aproveitado uma trajetória crescente do preço das *commodities*. Durante maior parte da década de 2000 e início de 2010 os principais bens exportados por esses países – além do petróleo e do gás, também da soja na Bolívia – tiveram aumentos significativos tanto de preço como de demanda. Entretanto, numa análise comparativa, entre 1999 e 2004, o montante de recursos provenientes da exportação de petróleo na Venezuela foi muito menor do que nas cinco administrações anteriores<sup>7</sup>. Ou seja, trata-se aqui do aumento do preço das *commodities* não como uma condição para haver aumento dos gastos sociais, mas sim de um melhor aproveitamento da trajetória de preços como opção de governo. Excetuando-se o ano de 2009, o preço do barril de petróleo teve tendência de crescimento no mercado internacional de 2003 até 2014 (disponível em [opec.org](http://opec.org), acesso em 10/02/2016). E o preço do gás natural apresentou durante o período de 2005 a 2013 uma trajetória equilibrada (a queda em 2009 foi pequena), permitindo que a Bolívia permaneça conduzindo sua economia sem percalços (BOLÍVIA, 2014).

Na Venezuela, as políticas sociais se deram a partir das Missões Sociais. Até 2007, 48% da população venezuelana havia sido beneficiada com ao menos uma das Missões (STEFANONI, 2012), o que foi possível a partir de um maior aporte do gasto público no âmbito social e no uso direto de recursos da PDVSA. Entretanto, levantam-se ressalvas na condução desse processo, sendo a primeira delas a dependência da exportação de petróleo no seu financiamento. Ou seja, em um produto que tem alta volatilidade

7 “26% do valor recebido no primeiro mandato de Carlos Andrés Pérez; 35% do valor recebido na gestão de Luis Herrera Campins; 56% do recebido por Jaime Lusinchi; 49% do recebido no segundo mandato de Pérez e 85% do segundo mandato de Rafael Caldera” (SEVERO apud BARUCO, 2011).

de preço no mercado internacional. A segunda são as barreiras institucionais impostas pela oposição da Assembleia Nacional da Venezuela na aprovação do pacote de recursos a serem destinados aos programas sociais. Assim, foi usado um financiamento extra-orçamentário para dar início às Missões Sociais, o que agravou a dificuldade de incluir essas políticas na estrutura do novo Estado, deixando-as sensíveis às políticas conjunturais (STEFANONI, 2012). Segundo Baruco (2011) não é possível uma sistematização das informações do aporte dos recursos destinados às Missões Sociais, o que dificulta uma avaliação efetiva do programa e abre precedentes para problemas de corrupção e desvio de verba.

O que, entretanto, não descartou resultados significativos. A pobreza na Venezuela diminuiu de 49,4%, em 1999, para 25,4%, em 2012, e a pobreza extrema de 21,7% para 7,1%, no mesmo período, com uma elevação no ano de 2013 em ambos os índices para 32,1% e 9,8%, respectivamente. A Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a erradicação do analfabetismo em 2005, segundo país a conseguir tal feito na América Latina, após Cuba em 1961. O índice de mortalidade infantil diminuiu de 20,2%, em 1999, para 12,9%, em 2015, estando abaixo da média da América Latina (15,2%). Para citar apenas alguns dados mais representativos (disponível em [estadisticas.cepal.org](http://estadisticas.cepal.org), acesso em 11/02/2016).

Na Bolívia, as políticas sociais foram aplicadas através de bonificações e programas de redistribuição de renda a partir do aumento dos gastos públicos. Dentre eles, destacam-se como principais o *Bono Juancito Pinto* destinado a atender crianças em idade escolar, a *Renta Dignidade* para pessoas com mais de 60 anos e o *Bono Juana Azurduy* para mulheres grávidas. Também foram instalados programas para combater o analfabetismo, aumentar o atendimento médico-hospitalar e de expansão da rede de água potável e de saneamento básico.

A pobreza no país diminuiu de 54% para 39,8%, entre 2007 e 2011 – área urbana: 42,4% para 26,9% e área rural: 75,8% para 55,4% – e a pobreza extrema de 31,2% para 18,7% – área urbana: 16,2% para 9,2% e área rural: 59,0% para 38,1%. Isto demonstra que apesar de significativa a redução da pobreza, os níveis de desigualdades são maiores e mais persistentes no campo. Segundo a ONU, a Bolívia foi o terceiro país da América Latina a lograr a erradicação do analfabetismo. O índice de mortalidade infantil diminuiu de 44,4% para 30,6%, representando, entretanto, o dobro da média latino-americana (15,2%) (disponível em [estadisticas.cepal.org](http://estadisticas.cepal.org), acesso em 11/02/2016).

Apesar do uso dos recursos naturais para promover justiça social e soberania, esse novo modelo tem a fragilidade de permanecer baseado e dependente da exploração da terra e dos recursos não-renováveis. Além de permanecer fortemente atrelado aos ciclos do mercado internacional, o que se mostra de maneira particular na Venezuela, após 2014, ao enfrentar a grave crise econômica interna com o preço do barril de petróleo tendo despencado para um terço do valor médio anterior (disponível em [opec.org](http://opec.org), acesso em 10/02/2016). Ambos os governos trouxeram em seus planos a diversificação da pauta produtiva como meta, mas não é um objetivo alcançado a curto e médio prazo. E ainda pesa o fato da industrialização e investimentos em ramos produtivos estarem atrelados aos recursos dos hidrocarbonetos.

**Tabela 2 – Venezuela: PIB real por setor (participação %)**

Setor de atividade	1999- 2002	2003- 2006	2007- 2010*	2011*- 2014*
PIB real, total	100	100	100	100
Produção de petróleo	18,5	16,5	11,9	10,9
Outros produtos	72,0	74,7	76,7	77,8
Mineração	0,7	0,7	0,6	0,4

Bens manufaturados	16,7	16,6	15,1	13,8
Eletricidade e água	2,2	2,4	2,2	2,3
Construção	6,7	5,1	7,3	7,6
Comércio e reparações	8,3	9,0	10,1	9,8
Transportes e armazenagem	3,2	3,4	3,6	3,5
Comunicações	2,8	3,4	5,4	6,8
Finanças e seguros	2,1	3,0	4,3	6,1
Habitação	9,95	10,1	9,8	9,8
Serv. com fins não lucrativos	4,62	5,0	5,6	6,1
Serviços governamentais	10,7	12,2	11,4	12,4
Outros <sup>1</sup>	6,1	6,4	6,1	5,7
Menos: SIFMI <sup>2</sup>	2,2	3,5	4,8	6,8
Imposto líquido s/ produção	9,3	9,5	11,4	11,2

Fonte: Banco Central da Venezuela, elaboração própria. Disponível em [bcv.org.ve](http://bcv.org.ve), acesso em 11/02/2016. \* Valores estimados. <sup>1</sup> Inclui os setores privados da agricultura, restaurantes e hotelaria, assim como alguns setores públicos. <sup>2</sup> Serviços de Intermediação Financeira Medidos Indiretamente.

Esses esforços na Venezuela foram conduzidos diretamente pelo governo, que aumentou a participação pública na formação bruta de capital fixo e com o uso de recursos petrolíferos em outras áreas, no que foi possível constatar uma queda relativa do petróleo na composição do PIB como resultado. Mas não sem contradições, pois a estrutura de câmbio sobrevalorizado barateava as importações e encarecia as exportações não-petrolíferas, por isso não se viu uma evolução no setor manufatureiro, mostrando que o movimento de industrialização e superação da dependência de produtos importados ainda é insuficiente (BARUCO, 2011). Assim, a mudança relativa na formação do PIB se deu mais em função da sustentação dos gastos públicos, como demonstrado na tabela 2.

Na Bolívia, o esforço da industrialização se deu, sobretudo, nas indústrias derivadas do gás e da mineração. Na primeira se destaca o processo de industrialização do gás e a produção de gás liquefeito de petróleo (GLP), na segunda a produção de lítio. Ao que se vê há um aumento da participação desses dois setores na composição do PIB. Também há investimentos em agricultura e alimentação e uma redução da participação dos bens manufaturados. Entretanto, a maior parte dos investimentos ainda está em fase de maturação, o que não nos permite uma análise mais apurada. Como aparece na tabela 3, adiante.

Durante o governo de Evo Morales o nível de reservas internacionais obteve um aumento superior a 400% entre 2006 e 2014, saindo de um patamar de US\$ 3,19 milhões para US\$ 15,12 milhões, mas ainda é classificado pelo Banco Mundial como um país de “ingressos mediano baixo” (disponível em [datos.bancomundial.org](http://datos.bancomundial.org), acesso em 08/02/2016). Isto é, a Bolívia permanece um país muito pobre, como demonstram seus indicadores sociais e econômicos. Esse modelo, puxado pela demanda inter-

na, permitiu que a Bolívia sustentasse ao longo dos últimos anos um crescimento médio de 5,1%, em contraposição com o crescimento médio de 3,6% do período anterior (1990-2005), caracterizado pelo modelo neoliberal. Ao mesmo tempo, a taxa de desemprego reduziu-se de 8,1% para 3,2% entre 2005 e 2013 (BOLÍVIA, 2014). Ou seja, a Bolívia mantinha-se estável enquanto a região da América Latina, de maneira geral, era afetada pela crise internacional iniciada em 2007.

**Tabela 3 – Bolívia: PIB real por setor (participação %)**

Setor de atividade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014(p)
PIB real, total	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agricultura	10,9	10,0	10,4	11,2	10,4	9,8	9,8	10,0	9,7
Mineração	5,20	5,8	8,6	7,9	8,7	9,6	7,3	6,2	6,0
Petróleo e gás natural	6,4	6,5	5,7	5,2	5,2	5,9	7,3	7,9	7,2
Bens Manufaturados	11,3	11,4	11,2	11,6	11,3	10,3	10,2	9,9	9,7
Eletricidade, gás e água	2,3	2,2	2,0	2,2	2,2	2,0	1,9	1,9	1,9
Construção	2,4	2,4	2,3	2,5	2,7	2,6	2,6	2,6	2,8
Comércio	6,4	6,8	7,0	7,2	7,4	7,1	6,7	6,4	6,2
Transporte, armazen. e comunicação	10,2	9,4	8,4	8,8	9,0	8,4	8,0	7,9	8,1
Finanças e seguros	8,6	8,6	8,3	8,7	8,7	7,9	8,6	8,6	8,9
Serviços c/ fins não lucrativos	4,5	4,3	4,0	4,3	4,1	3,7	3,7	3,5	3,6
Restaurantes e hotéis	2,6	2,4	2,3	2,5	2,4	2,3	2,2	2,1	2,1
Serviços governamentais	11,0	11,0	10,4	11,9	11,9	11,6	11,4	11,7	12,6
Serviços bancários imputados	-2,9	-3,1	-3,2	-3,3	-3,3	-3,1	-3,6	-3,7	-3,8
Impostos líquidos produção	21,2	22,3	22,5	19,4	19,2	21,9	24,0	25,0	25,0

Fonte: Instituto Nacional de Estadística. Disponível em [ine.gob.bo](http://ine.gob.bo), acesso em 22/02/2016.

(p) preliminar.

Todavia, apesar dos incontestáveis avanços sociais e econômicos dos onze anos do governo de Evo Morales, a Bolívia permanece sendo o quarto menor PIB do continente sulamericano, demonstrando que a evolução das grandes cifras se deu a partir de um patamar muito baixo. Sua impotência na região se mostra ainda pela permanência do bloqueio ao mar, cujo acesso soberano foi perdido na Guerra do Pacífico, em 1904, para o Chile.

Mesmo com a compilação dessas políticas, não se viu ainda em nenhum dos dois países uma significativa diversificação da matriz produtiva e nem uma menor dependência com os hidrocarbonetos. Isto nos mostra uma insuficiência da estratégia e a permanência de uma demasiada relação com os bens importados, restringindo o crescimento econômico e mantendo um atrelamento vulnerável aos ciclos do mercado internacional. Dessa forma, ainda está no horizonte um avanço neste sentido, para que seja possível sustentar uma nova estrutura econômica.

Outra limitação que se coloca com a manutenção dessa estrutura econômica capitalista é a necessidade de alianças com a burguesia nacional, já que ambos os governos tiveram a necessidade de convidar o setor empresarial a conversar e a compor o projeto de desenvolvimento nacional. Assim, essas classes se beneficiam do crescimento dos negócios e da indústria, que contam em maior parte com montante de investimentos públicos. A contradição se dá, portanto, pelo duplo caráter assumido pelos interesses da classe burguesa, e suas frações, que ao mesmo tempo em que se favorecem das políticas governamentais, se opõem ao governo em busca de uma total apropriação do excedente econômico. É inequívoco como isso se deu na Venezuela com o golpe de Estado em 2002 e as várias sabotagens econômicas durante todo o período. Na Bolívia, ainda que em menor proporção, também houveram ataques da oposição em 2008, mas o equilíbrio macroeconômico instaurou um ar de tranquilidade na política do país, sendo mais difícil de fortalecer uma oposição a um presidente que ganhou popularidade sucessivamente a cada eleição.

O que se estabeleceu, então, foi o aprofundamento da luta de classes a partir de um fortalecimento das classes populares, justamente as que são estruturalmente oprimidas e exploradas pelo capitalismo. Assim, se esses presidentes foram eleitos a partir de um enfraquecimento da estratégia neoliberal, o que fizeram foi a radicalização da participação dessa base de sustentação dentro de uma alternativa antineoliberal. Não para uma mera manutenção do poder, mas por causa de uma motivação de projeto de classe. Para isso, ambos os governos criaram mecanismos de aperfeiçoamento da democracia participativa, canais de participação popular, mudanças na constituição, mudança na composição política do poder legislativo e executivo, e de respeito e estímulo à organização dos movimentos sociais.

Na Venezuela o avanço foi significativo nesse sentido com a criação dos Conselhos Comunais, Conselho de Trabalhadores e Conselho de Camponeses, instituídos por lei, o que possibilita a permanência dos Conselhos e reconhecimento de suas decisões. Na Bolívia, a eleição de parlamentares orgânicos à sua base social se mostrou através do aumento da participação indígena na política institucional. Em ambos, o uso de referendo e plebiscitos como forma da população participar das principais decisões do país e a possibilidade de referendos revogatórios dos mandatos executivos estimulam a formação de uma consciência dos setores populares, situado em um novo patamar de poder civil.

Destacam-se também as iniciativas em prol de uma integração regional baseada na cooperação e na busca de soberania regional, que se contraponha de forma objetiva ao imperialismo dos Estados Unidos. A manifestação mais legítima dessa integração é a *Alianza Bolivariana para los pueblos de Nuestra América* (ALBA), mas que ainda se encontra em estágio primário e com poucos países signatários, cujos principais são Bolívia, Cuba, Equador e Venezuela. Com ela pretende-se a criação do Banco do Sul e de alianças comerciais e de acordos de integração energética, a partir do petróleo e do gás. Assim, se apresenta, também, como uma superação da limitação do mercado interno para o crescimento econômico autônomo.

## Considerações finais

O não-rompimento com o capitalismo do novo modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo possibilita tratá-lo como um modelo “social-desenvolvimentista” ou de um “capitalismo nacionalista” (KATZ, 2014), ou seja, de um desenvolvimento econômico nos marcos do capitalismo, o que impõe limitações inerentes. A estratégia antineoliberal, do objeto aqui analisado, se

valeu de um Estado compensatório que encabeça e regula a exploração dos recursos naturais e redistribui seus ganhos de forma mais igualitária através dos gastos públicos. Entretanto, isso encobre o colonialismo e a exploração do homem e da natureza contidos no cerne do sistema capitalista (STEFANONI, 2012).

Da mesma forma que esse modelo comporta dentro de seus limites duas classes antagônicas em permanente disputa, mas com uma mudança relativa na assimetria política entre elas. Segundo Limón (2013), a luta pela apropriação do excedente, como forma de reação da burguesia, limita a margem de manobra do governo, o que impõe uma radicalização da luta antineoliberal como forma de sobrevivência da estratégia. Por isso é preciso um Estado de maior intervenção, não como um objetivo em si mesmo, mas como parte de um processo que promova justiça social, redução da desigualdade de renda e riqueza e alavanque a consciência de classe. Pois é preciso almejar um rompimento com a ordem vigente e colocar em perspectiva um novo sistema econômico e social, para se ter, de fato, um novo paradigma de desenvolvimento e, assim, uma nova sociedade sem divisão de classes e sem exploração do homem pelo homem.

O horizonte socialista é colocado, principalmente nos planos dos discursos, na Venezuela e na Bolívia, tendo a justiça de registrar as inúmeras iniciativas através de leis e organizações que o governo de Hugo Chávez tomou objetivando uma planificação econômica e um modelo de transição. Entretanto, esse assunto ultrapassa os escopos desse trabalho e vamos nos ater em concluir que, se há um primeiro passo que possa ser seguido na busca de outra sociedade, esse foi o rompimento com o neoliberalismo e a dinamização de um poder de decisão a partir da sociedade civil. E este passo, seguindo seus próprios processos históricos, já foi dado nos dois países.

## Referências Bibliográficas

- AMARAL, M. *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia, 2006.
- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.
- BARUCO, G. *A Venezuela contemporânea: do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica*. 2011. 298 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2011.
- BOLÍVIA. Ministerio de Economía y Finanzas Públicas. *Memoria de La Economía Boliviana 2013*. La Paz, 2014.
- BORON, A. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O socialismo no século XXI. Há vida após o neoliberalismo?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CARCANHOLO, M. Integração regional dentro de uma estratégia alternativa de desenvolvimento. *Aportes: Revista de La Facultad de Economía, Puebla*, n.45, ano XVII, p. 77-94, mai-ago. 2012.
- \_\_\_\_\_. Neoliberalismo y dependencia contemporánea: La actual lucha de clases por la transformación social. In: VILLARGIA, L. [org.]. *Neoliberalismo en América Latina: crisis, tendencias y alternativas*. Assunción: CLACSO, 2015. p.263-282.
- CEPIK, M.; CARRA, M. “Nacionalização Boliviana e Desafios da América do Sul”. *Análise de conjuntura OPSA*, Rio de Janeiro, n.4, abr. 2006. Disponível em: observatorio.iuperj.br. Acesso em: 15/01/2016.
- DIERCKXSENS, W. “Cuando los pueblos toman el destino en sus manos: América Latina y El camino al socialismo Del siglo XXI”. In: CASTRO, E. [org.], et al. *Vozes de nossa América: cultura,*

- política e pensamento crítico – América Latina e Caribe. Seropédica: Ed. da UFRRJ, 2010.
- DOS SANTOS, T. “The Structure of dependence”. *American Economic Review*, New York, vol. 60, n. 2, p. 231-236, mai. 1970.
- FRANK, A. G. *Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.
- IBARRA, C. “Protesta popular y procesos políticos en la América Latina actual”. In: MAYA, M.; CARRERA, N.; CALVEIRO, P. [orgs.]. *Luchas contrahegemónicas y cambios políticos recientes de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. p. 109-125.
- KATZ, C. *La sorpresa de Bolivia*. 2014. Disponível em: [katz.lahaine.org/?p=242](http://katz.lahaine.org/?p=242). Acesso em: 06/02/2016.
- LIMÓN, H. “Los dilemas Del desarrollo em Bolivia y Ecuador”. *Realidad Económica*, Buenos Aires, n. 277, p. 68-88, jul-ago. 2013.
- MACIEL, C. “O primeiro ano de gestão do governo do Aymaré Evo Morales na Bolívia: avanços e limites”. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA*, 12., 2007, São Paulo. Anais..., São Paulo: SEP, 2007. Disponível em: [www.sep.org.br](http://www.sep.org.br). Acesso em: 25/01/2016.
- MARINGONI, G. *A revolução venezuelana*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- MARINI, R. “Dialética da dependência”. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. [orgs.]. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.
- \_\_\_\_\_. “Sobre a dialética da dependência”. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. [orgs.]. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.
- OPEC. *Annual Statistical Bulletin*. Vienna, 2015. Disponível em: [www.opec.org](http://www.opec.org). Acesso em: 07/02/2016.
- PRADO, F. “História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 68-94, 2011.
- STEFANONI, P. “Posneoliberalismo cuesta arriba: los modelos de Venezuela, Bolivia y Ecuador en debate”. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n.239, p. 51-64, mai-jun. 2012. Disponível em: [nuso.org](http://nuso.org). Acesso em: 09/02/2016.